



ODETE MEDAUAR

## DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO

22ª edição revista, atualizada e ampliada

Neste livro figuram os mais relevantes preceitos e institutos do Direito Administrativo. A sequência lógica dos temas possibilita fácil compreensão.

Esta 22ª edição abriga revisão, atualização e acréscimos, inserindo-se, por exemplo, matéria sobre o Estatuto Jurídico das Estatais, o regime especial dos precatórios, a Regularização Fundiária Urbana.

Bibliografia específica se encontra ao final de cada capítulo, havendo uma bibliografia geral no fim do livro, ambas atualizadas.

A linguagem direta e clara propicia ágil leitura por todos os que se interessam por temas do Direito Administrativo.

### **Área específica da obra**

Direito Administrativo

### **Áreas afins do livro**

Ciência da Administração, Direito Urbanístico,  
Direito Ambiental

### **Público-alvo/consumidores da obra**

Sobretudo estudantes e advogados públicos

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm

**CÓDIGO:** 10001761

M488d Medauar, Odete

Direito Administrativo Moderno/ Odete Medauar. 22. ed. rev., atual. e ampl.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

462 p.; 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-006-0

1. Direito Administrativo. 2. Ciência da Administração. 3. Direito Urbanístico. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 22. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 462 p. ISBN 978-65-5518-006-0.

## **Odete Medauar**

Livre-docente, Doutora e Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (aposentada). Especialista em Direito Público pela Universidade de Liège – Bélgica. Presidente da Fundação Arcadas.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 22ª EDIÇÃO	
<b>ODETE MEDAUAR</b> .....	19
APRESENTAÇÃO À 21ª EDIÇÃO	
<b>ODETE MEDAUAR</b> .....	21
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO .....	23
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>PREMISSAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO</b> .....	
1.1	Estado e direito administrativo .....
1.2	Estado democrático .....
1.3	Estado de direito .....
1.4	Estado social .....
1.5	Estado e sociedade .....
1.6	Separação de poderes .....
1.7	Administração Pública e reforma administrativa .....
	Bibliografia .....
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>O DIREITO ADMINISTRATIVO</b> .....	
2.1	Conceito e objeto .....
2.2	Origem e desenvolvimento .....
2.3	O Direito Administrativo nos ordenamentos anglo-saxônicos .....
2.4	Primórdios do Direito Administrativo no Brasil .....
2.5	Características gerais do Direito Administrativo .....
2.6	O Direito Administrativo e outros ramos do Direito .....
2.7	Direito Administrativo e ciência da Administração Pública .....
2.8	Formas de expressão do Direito Administrativo .....
	Bibliografia .....
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES BÁSICAS</b> .....	
3.1	Conceito de Administração Pública .....
3.2	Administração, legislação e jurisdição .....
3.3	Administração e governo .....
3.4	Administração e Constituição .....
3.5	Administração no Estado Federal .....
3.6	Personalidade jurídica e Administração Pública .....
3.7	Estrutura fundamental da Administração no Brasil .....
3.8	Desconcentração administrativa .....
3.9	Órgãos públicos: conceito e classificação .....
3.10	Hierarquia .....
3.10.1	Delegação de competência .....
3.10.2	Avocação .....
3.11	Descentralização administrativa .....
	Bibliografia .....
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b> .....	
4.1	Conceito .....
4.2	Estrutura básica da Administração direta federal .....
4.3	Presidência da República .....

4.4	Ministérios.....	60
4.5	Estrutura básica da Administração direta estadual .....	61
4.6	Estrutura básica da Administração direta municipal .....	62
4.7	Administração do Distrito Federal .....	62
4.8	Órgãos com situação peculiar .....	62
	Bibliografia .....	63

## CAPÍTULO 5

	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	65
5.1	Conceito .....	65
5.2	Autarquias .....	68
5.2.1	Noção .....	68
5.2.2	Regime jurídico.....	69
5.2.3	Controles.....	70
5.2.4	Autarquias especiais .....	70
5.2.4.1	Autarquias universitárias .....	71
5.2.4.2	Agências reguladoras .....	72
5.2.5	Autarquia qualificada como agência executiva .....	77
5.3	Fundações públicas .....	78
5.3.1	A fundação no Direito Civil.....	78
5.3.2	Controvérsias sobre as fundações instituídas pelo Poder Público .....	78
5.3.3	Evolução do tratamento legal.....	80
5.3.4	Noção de fundação pública .....	81
5.3.5	Regime jurídico.....	82
5.3.6	Controles.....	83
5.3.7	Fundações universitárias.....	83
5.3.8	Fundação qualificada como agência executiva .....	84
5.4	Empresas públicas.....	85
5.4.1	As chamadas “estatais” .....	85
5.4.2	Noção de empresa pública.....	87
5.4.3	Regime jurídico das empresas públicas .....	87
5.5	Sociedades de economia mista .....	92
5.5.1	Regime jurídico das sociedades de economia mista .....	93
5.6	Estatais e privatização.....	93
5.7	Entes com situação peculiar.....	94
5.7.1	Ordens e conselhos profissionais.....	95
5.7.2	Fundações de apoio .....	96
5.7.3	Empresas controladas pelo Poder Público .....	97
5.7.4	Serviços sociais autônomos.....	97
5.7.5	Terceiro setor parceiro .....	97
5.7.5.1	Organizações sociais .....	98
5.7.5.2	Organizações da sociedade civil de interesse público .....	99
5.7.5.3	Organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a Administração .....	102
	Bibliografia .....	104

## CAPÍTULO 6

	ATIVIDADES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	107
6.1	Multiplicidade de atuações.....	107
6.2	Tipologia das atividades administrativas.....	107
6.3	Poder e função no âmbito administrativo .....	110
6.4	Poder vinculado .....	111
6.5	Poder discricionário .....	112
6.5.1	Terminologia .....	112
6.5.2	Evolução conceitual .....	112
6.5.3	Conotação atual do poder discricionário.....	113
6.5.4	Poder discricionário e mérito administrativo .....	114
6.5.5	Justificativa do poder discricionário.....	114
6.5.6	Campos de exercício do poder discricionário.....	115
6.5.7	Parâmetros do poder discricionário .....	116
6.5.8	Poder discricionário e conceitos jurídicos indeterminados .....	117
6.6	Poder regulamentar .....	117
6.7	Poder normativo.....	118
6.8	Poder hierárquico .....	119
6.9	Poder disciplinar .....	119
	Bibliografia .....	121

## CAPÍTULO 7

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	123
7.1 Noção .....	123
7.2 Relevância dos princípios .....	123
7.3 Tipologia.....	124
7.4 Princípio da legalidade.....	124
7.4.1 Aspectos genéricos.....	124
7.4.2 Significado operacional.....	125
7.5 Princípio da impessoalidade .....	126
7.6 Princípio da moralidade administrativa.....	127
7.6.1 Improbidade administrativa.....	128
7.6.2 A chamada Lei Anticorrupção .....	131
7.6.2.1 <i>Compliance</i> .....	133
7.7 Princípio da publicidade.....	134
7.7.1 Proteção de dados pessoais.....	135
7.8 Princípio da eficiência.....	137
7.9 Princípio do atendimento do interesse público ou princípio da finalidade.....	137
7.9.1 O ultrapassado princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.....	138
7.10 Princípio da indisponibilidade do interesse público .....	138
7.11 Princípio da proporcionalidade .....	139
7.12 Princípio da continuidade.....	140
7.13 Princípio da presunção de legalidade e veracidade.....	140
7.14 Princípio da autoexecutoriedade .....	140
7.15 Princípio da autotutela administrativa .....	140
7.16 Princípio da segurança jurídica.....	141
7.16.1 Segurança jurídica e os novos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	142
Bibliografia .....	143

## CAPÍTULO 8

ATO ADMINISTRATIVO .....	145
8.1 Ato administrativo e Estado de direito .....	145
8.2 Conceito de ato administrativo .....	145
8.3 Elementos .....	146
8.3.1 Terminologia e elenco .....	146
8.3.2 Agente competente .....	147
8.3.3 Objeto .....	147
8.3.4 Forma .....	148
8.3.5 Motivo.....	148
8.3.6 Fim.....	149
8.3.6.1 Interesse público.....	149
8.4 Perfeição, vigência, validade e eficácia.....	150
8.4.1 Retroatividade e irretroatividade .....	151
8.5 Notas peculiares .....	152
8.6 Tipologia.....	152
8.6.1 Critério do objeto.....	153
8.6.2 Critério da forma de expressão .....	153
8.6.3 Critério da margem de escolha .....	157
8.6.4 Critério do âmbito de repercussão .....	158
8.6.5 Critério dos destinatários.....	158
8.6.6 Critério do número de manifestações para a formação do ato.....	158
8.7 Legalidade e mérito do ato administrativo .....	159
8.8 Ato de governo .....	159
8.9 “Não ato”: silêncio, omissão.....	160
8.10 Defeitos do ato administrativo.....	160
8.10.1 Incompetência.....	160
8.10.2 Ilegalidade do objeto.....	161
8.10.3 Defeito de forma.....	161
8.10.4 Defeito de motivo.....	162
8.10.5 Defeito do fim .....	162
8.11 Desfazimento do ato administrativo .....	162
8.11.1 A questão das nulidades em matéria de ato administrativo .....	163
8.11.2 Os principais meios de desfazimento.....	164
8.11.3 Anulação do ato administrativo.....	165
8.11.4 Revogação do ato administrativo .....	167
8.11.5 Cassação.....	168
8.12 Preservação do ato administrativo .....	168
8.12.1 Convalidação.....	168

8.12.2	Ratificação .....	169
8.12.3	Conversão .....	169
8.13	Os novos preceitos da LINDB e o ato administrativo.....	169
	Bibliografia .....	170

## CAPÍTULO 9

	PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	173
9.1	A processualidade ampla.....	173
9.2	Processo ou procedimento administrativo.....	174
9.3	Finalidades do processo administrativo .....	175
9.3.1	Garantia .....	175
9.3.2	Melhor conteúdo das decisões .....	175
9.3.3	Legitimação do poder.....	175
9.3.4	Correto desempenho da função.....	176
9.3.5	Justiça na Administração.....	176
9.3.6	Aproximação entre Administração e cidadãos.....	176
9.3.7	Sistematização de atuações administrativas .....	176
9.3.8	Facilitar o controle da Administração .....	176
9.4	O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais.....	177
9.4.1	Litigantes em processo administrativo .....	177
9.4.2	Acusados no âmbito administrativo .....	177
9.5	O devido processo legal no âmbito administrativo .....	178
9.6	Princípios do processo administrativo.....	178
9.6.1	O princípio do contraditório.....	178
9.6.2	O princípio da ampla defesa.....	179
9.6.3	O princípio da razoável duração do processo.....	181
9.6.4	O princípio da oficialidade .....	181
9.6.5	O princípio da verdade material.....	182
9.6.6	O princípio do formalismo moderado .....	182
9.7	Tipologia do processo administrativo.....	183
9.8	Fases do processo administrativo .....	183
9.9	Jurisprudência.....	184
9.10	Codificação do processo administrativo – A Lei nº 9.784/99 .....	184
	Bibliografia .....	188

## CAPÍTULO 10

	LICITAÇÃO.....	189
10.1	Conceito.....	189
10.2	Legislação básica .....	189
10.3	Terminologia .....	191
10.4	Princípios.....	192
10.5	Modalidades.....	195
10.5.1	Concorrência .....	195
10.5.2	Tomada de preços .....	196
10.5.3	Convite.....	196
10.5.4	Concurso.....	196
10.5.5	Leilão.....	197
10.5.6	Pregão .....	197
10.6	Linhas-chave do processo licitatório .....	199
10.7	Registro cadastral .....	200
10.8	Registro de preços .....	201
10.9	Comissão de licitação.....	201
10.10	Fases do processo licitatório .....	202
10.11	Instauração ou abertura: o edital .....	202
10.12	Habilitação .....	203
10.13	Classificação .....	206
10.14	Julgamento .....	206
10.15	Homologação .....	208
10.16	Adjudicação.....	208
10.17	Inversão das fases da licitação.....	209
10.18	Dispensa e inexigibilidade.....	209
10.19	Anulação e revogação da licitação.....	214
10.20	Controle da licitação .....	215
10.21	Sanções administrativas .....	216
10.22	Tutela penal.....	217
10.23	Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.....	217
10.23.1	Aspectos gerais .....	217

10.23.2	Linhas básicas das regras aplicáveis às licitações no RDC.....	219
10.23.3	Procedimentos auxiliares das licitações.....	223
10.23.4	Contratos celebrados no RDC.....	224
10.23.5	Sanções administrativas no RDC.....	225
	Referências.....	225

## CAPÍTULO 11

<b>CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.....</b>		<b>227</b>
11.1	Considerações preliminares.....	227
11.2	Tipologia.....	228
11.3	Os contratos administrativos clássicos.....	229
11.3.1	Contrato de obras.....	230
11.3.2	Contrato de serviços.....	230
11.3.3	Contrato de compra.....	230
11.3.4	Contrato de concessão.....	230
11.3.5	Permissão de serviço público formalizada por contrato de adesão.....	232
11.4	Aspectos fundamentais do regime jurídico dos contratos clássicos.....	232
11.4.1	Interesse público e prerrogativas da Administração.....	232
11.4.2	Cláusulas exorbitantes.....	233
11.4.3	Alteração unilateral e direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	233
11.4.4	Fiscalização.....	234
11.4.5	Não invocação da exceção do contrato não cumprido.....	234
11.4.6	Imposição de sanções.....	235
11.4.7	Rescisão unilateral.....	236
11.4.8	Ocupação provisória de bens e serviços.....	236
11.5	Duração do contrato.....	236
11.6	Prorrogação.....	238
11.7	Garantias.....	238
11.8	Formalização.....	239
11.9	Alteração. Imprevisão e fato do príncipe.....	240
11.10	Outros aspectos da execução.....	241
11.11	Recebimento do objeto.....	242
11.12	Rescisão.....	242
11.12.1	Rescisão por ato unilateral e escrito da Administração.....	242
11.12.2	Rescisão amigável.....	243
11.12.3	Rescisão judicial.....	244
11.13	Pagamento.....	244
11.14	Contratos regidos parcialmente pelo Direito Privado.....	245
11.15	Novas figuras contratuais.....	245
11.15.1	Convênios e consórcios – Aspectos gerais.....	245
11.15.1.1	Convênios.....	246
11.15.1.2	Consórcios.....	249
11.15.2	Outras figuras.....	250
11.16	Contratos celebrados no RDC.....	253
	Bibliografia.....	255

## CAPÍTULO 12

<b>BENS PÚBLICOS.....</b>		<b>257</b>
12.1	Introdução ao tema.....	257
12.2	Terminologia.....	257
12.3	Síntese histórica.....	258
12.4	Conceito.....	259
12.5	Tipologia.....	259
12.5.1	Critério da natureza.....	259
12.5.2	Critério dos aspectos geográficos.....	259
12.5.3	Critério dos titulares.....	260
12.5.4	Critério da destinação.....	261
12.6	Afetação e desafetação.....	263
12.7	Regime jurídico geral.....	263
12.8	Uso de bens públicos por particulares.....	266
12.8.1	Regime jurídico.....	266
12.8.2	Instrumentos: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, outros instrumentos.....	267
12.9	Aquisição de bens públicos.....	270
12.10	Alienação de bens públicos.....	273
12.11	Notas a respeito de alguns bens públicos.....	276
12.11.1	Terras devolutas.....	276
12.11.2	Terrenos de marinha.....	277

12.11.3	Terrenos marginais ou reservados.....	278
12.11.4	Terras indígenas.....	278
12.11.5	Ilhas .....	279
	Bibliografia .....	279

## CAPÍTULO 13

SERVIDORES PÚBLICOS.....	281	
13.1	Introdução ao tema.....	281
13.2	Legislação.....	281
13.3	Terminologia.....	282
13.4	Tipos de vínculo de trabalho: funções, cargos e empregos.....	283
13.4.1	Noção.....	284
13.4.2	Acessibilidade.....	284
13.5	Cargos públicos.....	287
13.5.1	Noção.....	287
13.5.2	Tipologia.....	287
13.5.3	Vacância.....	289
13.5.4	Provimento.....	289
13.6	Regime jurídico.....	291
13.6.1	Regime estatutário.....	291
13.6.2	Regime celetista.....	292
13.6.3	Regime especial.....	292
13.7	Principais normas do regime estatutário.....	293
13.7.1	Vencimento, remuneração e subsídio.....	293
13.7.1.1	Natureza.....	294
13.7.1.2	Fixação e revisão.....	294
13.7.1.3	Irredutibilidade.....	295
13.7.1.4	Limite de remuneração.....	295
13.7.1.5	Vantagens.....	297
13.7.2	Direito à permanência no cargo: estabilidade e vitaliciedade.....	298
13.7.3	Acumulação de cargos.....	299
13.7.4	Exercício de mandato eletivo.....	300
13.7.5	Férias e décimo terceiro salário.....	301
13.7.6	Licenças.....	301
13.7.7	Direito de greve.....	301
13.7.8	Sindicalização.....	302
13.7.9	Aposentadoria e pensão.....	303
13.7.9.1	Legislação básica.....	303
13.7.9.2	O atual regime de aposentadoria para os ocupantes de cargos efetivos.....	305
13.7.9.3	Aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão, de funções temporárias e celetistas.....	309
13.7.9.4	Regime de previdência complementar.....	309
13.7.9.5	Acumulação de proventos ou de proventos com outra retribuição de atividade.....	310
13.7.9.6	Regras de transição.....	311
13.7.9.6.1	Situação de quem preencheu todos os requisitos para se aposentar pelo regime anterior.....	311
13.7.9.6.2	Situação de quem já é aposentado.....	311
13.7.9.7	Pensões.....	312
13.7.10	Deveres.....	313
13.8	Responsabilidade dos servidores.....	315
13.8.1	Responsabilidade criminal.....	315
13.8.2	Responsabilidade civil.....	316
13.8.3	Responsabilidade administrativa.....	317
13.8.3.1	Responsabilidade fiscal.....	317
13.9	Poder disciplinar.....	318
13.10	Regime disciplinar.....	318
13.10.1	Competência legal.....	319
13.10.2	Vinculação ao exercício do cargo, função ou emprego.....	319
13.10.3	Legalidade das infrações.....	319
13.10.4	Legalidade das sanções.....	320
13.10.5	Prescritibilidade.....	321
13.10.6	Motivação.....	322
13.11	Processo administrativo disciplinar.....	322
13.11.1	Noção e terminologia.....	322
13.11.2	Comissões processantes.....	322
13.11.3	Sindicância.....	323
13.11.4	Processo disciplinar <i>stricto sensu</i> : fases, recurso e revisão.....	324
13.12	Repercussão da sentença penal no processo administrativo disciplinar.....	326
	Bibliografia.....	326



## CAPÍTULO 14

SERVIÇO PÚBLICO.....	329
14.1 Terminologia .....	329
14.2 Caracterização.....	329
14.3 Princípios diretores .....	331
14.4 Tipologia.....	332
14.5 Modos de prestação .....	333
14.6 Concessão de serviço público.....	333
14.6.1 Conceito legal e características .....	334
14.6.2 Concessão de serviço precedida de obra pública .....	335
14.6.3 Outros tipos de concessão.....	335
14.6.4 Aplicabilidade da Lei nº 8.987/95.....	336
14.6.5 Motivação da outorga de concessão ou permissão .....	336
14.6.6 Serviço adequado .....	336
14.6.7 Direitos e deveres dos usuários.....	337
14.6.8 Política tarifária .....	337
14.6.9 Licitação .....	338
14.6.10 Contrato de concessão .....	339
14.6.11 Encargos do concedente .....	340
14.6.12 Encargos da concessionária .....	340
14.6.13 Intervenção.....	340
14.6.14 Extinção da concessão.....	340
14.7 Permissão e autorização de serviço público.....	341
14.8 Arrendamento e franquia.....	342
14.9 Parceria público-privada.....	343
14.10 Procedimento de Manifestação de Interesse – PML.....	345
14.11 Programa de Parcerias de Investimentos – PPI .....	346
Bibliografia .....	346

## CAPÍTULO 15

PODER DE POLÍCIA .....	349
15.1 Introdução ao tema .....	349
15.2 Síntese evolutiva.....	349
15.3 Crítica à noção. Contestação à crítica .....	350
15.4 Caracterização do poder de polícia .....	351
15.5 Polícia administrativa e polícia judiciária.....	352
15.6 Fundamentos e finalidades .....	352
15.7 Regime jurídico geral.....	353
15.8 Campo de atuação.....	354
15.9 Manifestações do poder de polícia .....	354
15.10 Limites.....	355
15.11 Sanções decorrentes do poder de polícia.....	356
15.12 Prescrição da ação punitiva da Administração Federal.....	356
15.13 Extensão excepcional do poder de polícia.....	357
15.14 Particulares no exercício do poder de polícia?.....	357
Bibliografia .....	358

## CAPÍTULO 16

LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE .....	359
16.1 Introdução ao tema .....	359
16.2 Noção e objetivo .....	359
16.3 Restrições administrativas em geral.....	360
16.4 Tombamento .....	360
16.5 Ocupação temporária .....	362
16.6 Requisição.....	363
16.7 Servidão administrativa .....	363
16.8 Desapropriação.....	364
16.8.1 Noção .....	364
16.8.2 Legislação .....	365
16.8.3 Fundamento .....	367
16.8.4 Requisitos constitucionais da indenização .....	368
16.8.5 Bens expropriáveis .....	370
16.8.6 Competência .....	372
16.8.7 A declaração expropriatória e seus efeitos .....	372
16.8.8 Desapropriação por acordo .....	373
16.8.9 Ação expropriatória: juízo competente, petição inicial e contestação.....	374

16.8.10	Ação expropriatória: imissão provisória na posse .....	374
16.8.11	Ação expropriatória: perícia, sentença e recursos .....	375
16.8.12	Desistência da desapropriação .....	376
16.8.13	Destinação dos bens expropriados e retrocessão .....	376
16.8.14	Desapropriação indireta ou apossamento administrativo .....	379
	Bibliografia .....	380

## CAPÍTULO 17

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....		381
17.1	Introdução ao tema .....	381
17.2	Síntese evolutiva .....	381
17.3	A responsabilidade objetiva .....	382
17.4	A responsabilidade objetiva na legislação brasileira .....	383
17.5	O §6º do art. 37 da CF .....	384
17.6	A reparação do dano .....	386
17.7	Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade .....	387
17.8	Panorama dos casos de responsabilidade .....	388
17.9	Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais .....	388
17.10	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos .....	389
	Bibliografia .....	389

## CAPÍTULO 18

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....		391
18.1	Controle, democracia e corrupção .....	391
18.2	Tipologia .....	392
18.2.1	Controles e os novos preceitos da LINDB .....	392
18.3	Controles internos .....	393
18.3.1	Recursos administrativos .....	393
18.3.2	Autocontrole .....	398
18.3.3	Controle hierárquico .....	399
18.3.4	Controle de gestão .....	399
18.3.5	Inspeção, auditoria e correição .....	400
18.3.6	Supervisão .....	400
18.3.7	Pareceres vinculantes .....	400
18.3.8	Ouvidor .....	401
18.3.9	Controle financeiro .....	401
18.3.10	Controle da Administração indireta .....	401
18.4	Controle parlamentar .....	402
18.5	Controle do Tribunal de Contas .....	404
18.6	Controle da Administração pelo <i>ombudsman</i> .....	405
18.7	Controle jurisdicional da Administração .....	406
18.7.1	Sistemas de controle jurisdicional .....	406
18.7.2	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário .....	407
18.7.3	Inexigência de esgotamento da via administrativa .....	407
18.7.4	Alcance do controle jurisdicional .....	409
18.7.5	Consequências do controle jurisdicional .....	411
18.7.6	A Administração em juízo .....	411
18.7.7	Meios jurisdicionais de oposição à Administração .....	419
18.7.8	Mandado de segurança individual e coletivo .....	420
18.7.8.1	Mandado de segurança coletivo .....	425
18.7.9	Ação popular .....	427
18.7.10	Ação civil pública .....	428
18.7.11	<i>Habeas data</i> .....	430
18.8	Meios consensuais de resolução de litígios envolvendo a Administração .....	432
	Bibliografia .....	433

BIBLIOGRAFIA .....	435
--------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	445
-----------------------------------	-----